

VOLUNTÁRIOS EMPRESÁRIOS DE SI

Anette Lubisco – ULBRA

Karla Saraiva – ULBRA

Atualmente, o tema do voluntariado vem recebendo crescente destaque na mídia, nos meios empresariais e até em políticas públicas. O governo convoca voluntários a serem *Amigos da escola* e a trabalharem na Copa do Mundo e nas Olimpíadas. E, embora financeiramente não sejam remunerados, voluntários melhoram seu currículo, conforme assinalam consultores da área de gestão de pessoas. Porém, para que as ações de voluntariado sejam valorizadas, elas devem se enquadrar em certos parâmetros. Não pode ser uma ação isolada, uma iniciativa individual. É necessário que os sujeitos participem do *voluntariado organizado*, ou seja, que atue dentro de projetos mais amplos, coordenados por uma determinada instituição.

E é nesse campo que atua a *Parceiros Voluntários*, uma ONG com sede em Porto Alegre, mas que conta com 78 unidades espalhadas pelo interior do estado do RS. De acordo com Dreyer e Johannpeter (2008, p.19), a ONG foi criada em 1997 com a finalidade de “estimular, captar, qualificar e encaminhar voluntários-cidadãos à comunidade gaúcha”. Ou seja, seu objetivo é estimular a prática do voluntariado organizado e coordenar essa organização. Cabe observar que o público jovem recebe especial atenção dessa organização. “Desde 1999, a Parceiros Voluntários desenvolve junto à comunidade escolar, o Voluntariado Jovem” (PARCEIROS VOLUNTÁRIOS, 2011, p.3). Em 2003, foi criado o projeto *Tribos nas Trilhas da Cidadania*, dentro do programa *Parceiros Jovens Voluntários*. A atenção dispensada aos jovens busca como ponto de apoio a escola, como é possível perceber no excerto anterior. Também as *Tribos* organizam-se, em geral, dentre de escolas.

O objetivo deste artigo é *analisar como a ONG Parceiros Voluntários vem orientando a produção de jovens dispostos às práticas do voluntariado organizado*. O material empírico é constituído por uma publicação desta instituição, intitulada *Participação social, jovens: guia de ações* (PARCEIROS VOLUNTARIOS, 2008). Mais conhecida dentro da ONG como *Livro de ouro* (denominação que assumiremos a partir daqui), trata-se de um livro distribuído para educadores no intuito de instrumentalizá-los para atuar como multiplicadores do voluntariado organizado.

Assumimos a hipótese de que a noção de voluntariado organizado se manifestaria como um efeito da *governamentalidade* neoliberal (FOUCAULT, 2008). Os entrecruzamentos que assistimos hoje nas escolas estariam provocando novas ortopedias

morais que produzem sujeitos envolvidos sutil e sofisticadamente por estratégias, procedimentos e instrumentos inseridos nessa racionalidade contemporânea.

Assim, na próxima seção desenvolvemos discussões conceituais que darão suporte às análises. A seguir, faremos um breve comentário sobre a metodologia utilizada, para apresentar as análises na seção seguinte.

Artes de governar

Entre o final do século XVI e o início do XVII, nasce uma *arte de governar* que Foucault denomina de *governamentalidade*. Este período marca “a passagem de uma arte de governar herdada da Idade Média [...] para uma arte de governar cuja racionalidade teve por princípio e campo de aplicação o funcionamento do Estado: a ‘governamentalidade’ racional do Estado” (REVEL, 2005, p.54). Este termo será definido de três formas distintas, ainda que correlatas, na aula de 1º de fevereiro de 1978, recebendo novas definições mais abrangentes posteriormente.

Tendo em vista a polissemia do termo na obra foucaultiana, tomaremos neste trabalho *governamentalidade como sendo uma racionalidade política, que tem o propósito de gerir a população por meio da condução de suas condutas*. Cabe notar que ao tomá-la como racionalidade, entendemos que ela se atravessa no tecido social de modo insidioso e quase invisível, agenciando em menor ou maior medida a quase totalidade da população.

A *governamentalidade* emerge no século XVI, mas ainda que perdura nas sociedades contemporâneas, tendo sofrido, entretanto, profundas transformações. *Grosso modo*, a partir dos cursos de Foucault podemos identificar pelo menos três grandes formas: o mercantilismo, marcado por um funcionamento generalizado dos dispositivos disciplinares; o liberalismo, que gradativamente confina o poder disciplinar nas instituições e passa a utilizar no plano social outros modos de condução das condutas mais complexos e elaborados; e o neoliberalismo, forma de *governamentalidade* que apresenta algumas continuidades em relação ao liberalismo, mas também profundas descontinuidades.

Assim, o mercantilismo que emerge no século XVI é marcado por um funcionamento generalizado do poder disciplinar. O Estado mercantilista era organizado a partir de regulamentos estritos que recobriam os mais diversos aspectos da vida social. Esses regulamentos determinavam preços e épocas para a comercialização de produtos, intervinham nas transações comerciais de modo geral, instituíam regras acerca da disposição de prédios nas cidades, acerca de procedimentos sanitários e, até mesmo, sobre o exercício profissional (que necessitava a permissão do Estado). A disciplina é uma tecnologia de poder surgida na

Modernidade que atua sobre os corpos dos indivíduos. O corpo humano é submetido a uma maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe; é uma fábrica de corpos que se submetem que se tornam obedientes e que são transformados em *corpos dóceis*. Foucault (1999, p. 143) completa que o poder disciplinar “é com efeito um tipo de poder que em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior ‘adestrar’; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor”.

Gradativamente, a partir do século XVIII este poder vai ser confinado ao interior de instituições como as prisões, os hospitais, as fábricas e as escolas. Ele estará presente em um grande número de instituições, tornando cada vez menos possível que os indivíduos não se submetam a ele em algum momento de suas vidas. Seu foco será o de moldar corpos, tornando-os úteis e dóceis. É útil um corpo que pode ser utilizado. É dócil um corpo capaz de obedecer a regulamentos (FOUCAULT, 1999).

Esse confinamento do poder disciplinar em instituições estaria ligado com a emergência de uma racionalidade política diferente do mercantilismo: o *liberalismo* não aceita um Estado que se imiscui nos detalhes das vidas dos indivíduos. Para o pensamento liberal, governa-se melhor governando menos (FOUCAULT, 2008). Portanto, a estrita regulamentação da sociedade vai perdendo força. Porém, uma nova forma de exercício de poder vai surgir nessa época.

Surge, então, um novo tipo de poder que não será mais exercido sobre o corpo individual. “Se a disciplina se exerce como uma ortopedia sobre o homem-corpo, esse outro poder viria a ser exercido como uma regulação dos processos de vida do homem-espécie” (SARAIVA, 2010a, p.134). Essa modalidade de exercício de poder, chamada por Foucault (1998) de *biopoder*, proporciona novas estratégias para o exercício dessa nova arte de governar que é o liberalismo, facultando ao Estado um modo diferente de agir sobre o conjunto de seus habitantes, agora chamado de população. Ele não irá substituir a disciplina. Vai, antes, articular-se a ela, complementando-a para intensificar, assim, a governamentalização do corpo social, tornando-se “referência decisiva para a produção de formas variadas de controle da população” (CÉSAR; DUARTE, 2009, p.120).

O *biopoder* é uma forma de dispor as coisas para propiciar condições para a população viver, por meio de mecanismos para reduzir os riscos e aumentar a segurança. Essa modalidade de poder vai se valer de cálculos estatísticos e outros estudos sobre a população para planejar intervenções sobre o meio que modifiquem os fenômenos populacionais produzindo determinados efeitos como, por exemplo, o aumento (ou redução) da natalidade; a diminuição da taxa de mortalidade devido a um determinado fator; o incremento na

capacidade de trabalho, em um dado segmento. Foucault (2008) mostra que essas estratégias visam reduzir riscos e não ser mobilizadas pelos *dispositivos de segurança*. Estes *dispositivos* se distinguem das antigas interdições do poder soberano e, também, das disposições prescritivas do poder disciplinar, pois não agem diretamente sobre os sujeitos, mas sobre o meio em que vivem.

De acordo com as teorizações foucaultianas, os dispositivos criados para regular a vida da população têm o propósito de *conduzir condutas* não por meio da obediência, como ocorria nos dispositivos disciplinares, mas através da regulação, ou seja, de ações que se efetuam não por meio de obrigações, mas por estratégias mais sutis que buscam favorecer determinados acontecimentos e tornar improváveis outros tantos (SARAIVA, 2010). Passa-se a desenvolver um gerenciamento planejado da vida das populações.

De acordo com Foucault (2008), o biopoder proveria instrumentos para a racionalidade governamental surgida no século XVIII baseada no princípio do *deixa fazer* (*laissez-faire*). Foucault (2008) denomina essa arte de governar de *governamentalidade liberal*. Ela constitui-se, de acordo com o filósofo, em uma forma de governar que se preocupa em salvaguardar a liberdade de ação econômica, mas que não vê inconvenientes nas intervenções sociais que garantiriam o livre mercado (FOUCAULT, 2008). A doutrina liberal coloca o mercado como elemento de veracidade. Ou seja, é o mercado que proporciona parâmetros para avaliar se as práticas governamentais vigentes são adequadas. O mercado substitui a justiça e passa a ocupar o local da verdade dentro da prática liberal de governo. O princípio de inteligibilidade do liberalismo está focado nas trocas comerciais. O livre mercado para o pensamento liberal é um mercado que funciona naturalmente, sem intervenções.

No século XX, as teorias liberais passam por uma crise que funcionou como condição para o deslocamento do liberalismo para o chamado *neoliberalismo*. Novas teorizações foram construídas a partir de meados do século. A partir dos anos 70, elas irão gradativamente integrar-se às sociedades, espalhando-se praticamente por todos os continentes. Essa nova racionalidade apresenta continuidades com liberalismo, porém, também apresenta deslocamentos, principalmente, em relação ao princípio de inteligibilidade. Enquanto o princípio *liberal* é constituído por uma liberdade de mercado entendida como natural e que se reflete no livre comércio, o princípio *neoliberal* baseia-se em uma liberdade de mercado pensada, produzida e exercitada, que se revela sob a forma de competição. A racionalidade neoliberal maximiza e produz a competição, necessitando a produção de liberdade para que *todos* participem do jogo econômico. Outra transformação importante do neoliberalismo em relação ao liberalismo é o próprio entendimento de mercado. Se no liberalismo o mercado

restringia-se aos domínios da economia clássica, no neoliberalismo o mercado se expande e passa a recobrir virtualmente todos os domínios da vida humana. O neoliberalismo economiciza as relações em geral, fazendo com que os cálculos do *Homo œconomicus* devam orientar até mesmo suas relações afetivas e familiares.

Este avanço do mercado sobre áreas da vida que até então eram consideradas fora da seara econômica está embasado na *Teoria do capital humano*. Essa teoria indica que as ações dos sujeitos devem ser pautadas por um cálculo que envolve investimentos e a sua taxa de retorno, sendo que neste cálculo não entram apenas recursos financeiros, mas também outros mais subjetivos como afeto, tempo e esforço pessoal. De acordo com essa teoria, o trabalho não é algo expropriado do trabalhador, mas uma oferta por parte do trabalhador de suas capacidades, que será remunerada pelo empregador. Tanto mais suas capacidades sejam desenvolvidas, tanto maior é seu capital humano, ou seja, tanto mais valor de mercado terá seu trabalho, acarretando melhor remuneração.

Assim, segundo a racionalidade neoliberal, cada indivíduo deve tornar-se o *empresário de si mesmo* (FOUCAULT, 2008). Os *empresários de si* estão na arena do mercado, concorrendo uns com os outros. “O individuo toma a si mesmo como um capital, a entreter consigo (e com os outros) uma relação na qual ele se reconhece (e aos outros) como uma *microempresa* [...] a ver-se como entidade que funciona sob o imperativo permanente de fazer investimentos em si mesmo” (GADELHA, 2009, p.177).

Ao analisar essas características da *governamentalidade neoliberal*, é possível compreender que ela não está alojada apenas em grupos políticos e/ou partidos, mas alastra-se para muito além, permeando o tecido social e ressoando nos sujeitos de modo geral. Mudam-se as relações de produção, muda-se o entendimento sobre como devem ser e agir os sujeitos: mudam-se o modo de conduzir os Estados e de governar corpos e almas.

Esta racionalidade que parece dominar a cena contemporânea estaria fomentando a criação de ONGs, que usam saberes e instrumentos metodológicos próprios e sistematizados, para produzir certos sujeitos – no caso desta pesquisa, para produzir sujeitos dispostos a atuar junto ao voluntariado organizado. Compartilhamos a questão trazida por Veiga-Neto (2010, p.11): “Até que ponto as ONGs (organizações não governamentais) – mesmo aquelas que se dizem progressistas ou de esquerda, em suas ações do Estado, contribuem para a manutenção e o aprofundamento da racionalidade e das praticas neoliberais”? De acordo com Hardt e Negri (2002), embora nem todas ONGs sirvam para promover o projeto neoliberal, muitas efetivamente desempenham essa função. Em especial, aquelas que representam a “face comunitária” do neoliberalismo, que atinge o Estado-nação em sua base, corroendo sua

autoridade e, muitas vezes, assumindo seu papel. O termo comunidade é reiteradamente utilizado nos documentos da Parceiros Voluntários, o que será explorado com mais detalhes nas análises subsequentes. Isso indica que esta organização efetivamente estaria dentro dessa categoria que Hardt e Negri entendem como alavancadora do projeto neoliberal.

Na seção seguinte, aprofundamos a descrição do material empírico, o chamado *Livro de ouro* e apresentamos as linhas gerais sobre o modo como foram produzidas as análises que seguem.

Conhecendo o Livro de Ouro

A obra *Participação Social, jovens: guia de ações* (PARCEIROS VOLUNTÁRIOS, 2008), chamada pelos membros da ONG de *Livro de ouro*, é distribuída no final do curso de *Qualificação de educadores em participação social solidária e mobilização juvenil*. Este curso é voltado para educadores, sendo a maioria professores da educação básica, mas também incluindo outros sujeitos que lidem com grupos de jovens, como chefes de escoteiros e líderes religiosos.

O livro foi desenvolvido sob a coordenação da Profa. Dra. Maria Stephanou, a partir de pesquisa, realizada com jovens de 15 a 24 anos, moradores da região metropolitana de Porto Alegre, para identificar “principais experiências e motivos que mobilizam e engajam jovens na direção de uma participação social solidária” (PARCEIROS VOLUNTÁRIOS, 2008, p.4). A publicação está dividida em três partes.

A Parte I, denominada de *Fundamentos*, inicialmente apresenta a noção de *juventude* que orienta o trabalho, apontando um entendimento de que o sentido dado ao termo seria decorrente “de construções culturais, não sendo o seu significado o mesmo nas diferentes épocas e até mesmo para diferentes grupos culturais em uma mesma sociedade” (PARCEIROS VOLUNTÁRIOS, 2008, p.9). A seguir, trata da importância da *participação social*, em especial por parte dos jovens. A Parte II, intitulada *Proposta Educativa*, tem por objetivo apresentar o quadro conceitual que sustenta as *estratégias educativas* que serão apresentadas na última parte do livro.

A Parte III, *Estratégias educativas*, é constituída por vinte sugestões de procedimentos, “organizadas na forma de estratégias educativas” (PARCEIROS VOLUNTÁRIOS, 2008, p.4). Esta parte compreende cerca de 80% da publicação. As *estratégias educativas* buscam “criar situações que favoreçam a reflexão a respeito da responsabilidade social, estimulando que os jovens protagonizem transformações do contexto local e global, ou ainda que contribuam na preservação de valores, patrimônios, experiências,

saberes e histórias de uma coletividade” (PARCEIROS VOLUNTÁRIOS, 2008, p.4). As *estratégias educativas* estão sistematizadas em detalhes e apresentam-se de modo prescritivo, com o claro intuito de homogeneizar os procedimentos dos educadores.

Embora a pesquisa tenha considerado o *Livro de ouro* em sua totalidade, foi a terceira parte que ofereceu melhores condições, tanto em termos quantitativos, quanto qualitativos, para realização das análises que serão apresentadas na seção seguinte.

Analisando o Livro de ouro

As análises que seguem visam responder a questão de pesquisa colocada no início deste artigo: *como está sendo orientada a produção de jovens voltados para as práticas do voluntariado organizado pela ONG Parceiros Voluntários*. A partir da leitura do material empírico, o chamado *Livro de ouro*, recortamos um total de 112 excertos que compõem o *corpus* da pesquisa. Lançando um olhar para esses excertos, construímos três categorias de análise em relação ao primeiro eixo de pesquisa: *empresário de si*, *capital humano* e *participação social*.

Empresário de si

Conforme já mencionamos anteriormente, na governamentalidade neoliberal cada um deve aprender a gerir sua própria vida, ou seja, deve tornar-se um *empresário de si*. Segundo Gadelha (2009, p.180), “o espírito do capitalismo mudou e gerou um repertório de explicação da realidade que toma a figura do executivo como matriz de uma conduta a ser disseminada pela sociedade inteira”. Entendemos que o *Livro de ouro* também toma parte no diagrama de forças que atua na produção desse tipo de subjetividade, como mostram os seguintes excertos:

O protagonismo juvenil é uma forma de atuação social que estimula os jovens a se envolverem com a sua formação, a tomarem para si a tarefa de se qualificarem para fazerem boas escolhas (PARCEIROS VOLUNTÁRIOS, 2008, p. 44).

O desenvolvimento pessoal se efetiva através da conquista da autonomia que, por sua vez, é parte de um processo que tem a ver com a história de vida. Uma pessoa autônoma é capaz de projetar o seu futuro e realizar ações que o viabilizem (PARCEIROS VOLUNTÁRIOS, 2008, p. 57).

Conforme os excertos anteriores, a formação de jovens para o voluntariado confere-lhes um protagonismo que os coloca na posição de tomadores de decisões, de sujeitos autônomos que são responsáveis por si. Ou seja, o *Livro de ouro* propõe estratégias para produzir sujeitos capazes de agir como empresários de si. Essa intenção de governar as condutas pode ser percebida nesses excertos e em outras passagens do *Livro de ouro*.

O foco da educação passou a ser o aprendizado e não mais o ensino. Na prática, isso significa que você precisa desenvolver nos estudantes competências que vão além dos conteúdos escolares, tornando-os aptos a compreender a complexidade do mundo e atuar nele com ética (PARCEIROS VOLUNTÁRIOS, 2008, p.156).

Ao analisar as subjetividades desejáveis pela lógica da governamentalidade neoliberal, Gadelha (2009) nomeia os sujeitos contemporâneos de “indivíduos-microempresa”, ou seja, indivíduos que são “cada vez mais produzidos por uma normatividade econômico-empresarial” (GADELHA, 2009, p.180). Estes indivíduos assumem as lógicas de gestão para orientar seu comportamento. A ênfase em resultados seria uma das facetas desse tipo de comportamento.

Os jovens poderão apresentar os resultados do trabalho em programas na rádio local, na tribuna livre na Câmara de Vereadores, participar de reuniões com lideranças jovens, encaminhar os resultados ao Conselho Municipal de Juventude, caso exista na cidade, ou ainda propor e participar da instalação do Conselho. Essas alternativas dão concretude à valorização dos jovens como sujeitos sociais, autores de suas demandas e responsáveis diretos pelas iniciativas que têm repercussão sobre os projetos de futuro para a juventude (PARCEIROS VOLUNTÁRIOS, 2008, p.86).

O desenvolvimento de diversos grupos voltados para o voluntariado organizado e o incentivo à publicização dos resultados dos trabalhos desses grupos sinaliza sua inserção na lógica da concorrência, instigando a obtenção de melhores resultados para que se sintam vencedores, verdadeiros campeões do voluntariado.

Além dos resultados, outros aspectos da racionalidade empresarial – como poder de negociação e administração de conflitos – são valorizados no *Livro de ouro*.

Nos espaços de lazer, os jovens podem experimentar práticas educativas autônomas em relação ao mundo adulto, vivenciando múltiplas identidades que os fazem pensar sobre as diferentes dimensões da vida em sociedade. Negociam, testam limites, administram conflitos, trocam ideias, colocam-se no espaço público e repensam a realidade social em condições de ludicidade (PARCEIROS VOLUNTÁRIOS, 2008, p. 95).

É uma nova discursividade que se dissemina nas searas educativas e “que busca fazer dos indivíduos-microempresas verdadeiros empreendedores” (GADELHA, 2009, p.181). O voluntariado necessitava de sujeitos empreendedores, capazes de planejar e executar ações, mas também poder servir para produzir esse perfil: “há uma dimensão educativa na experiência de elaboração e execução coletiva de projetos” (PARCEIROS VOLUNTÁRIOS, 2008, p.211).

Conforme mostramos até aqui, o material analisado mostra que a Parceiros Voluntários ao conduzir os jovens para a prática do voluntariado organizado, orienta-os para que desenvolvam competências para agirem como gestores dos projetos e de sua própria vida.

Assim, o *Livro de ouro* não apenas incentiva a produção de indivíduos empresários de si, como também aponta para intervenções que visam fazer crescer o *capital humano*.

Capital humano

De acordo com Foucault (2008), as teorizações de Schultz sobre o *capital humano*, apontam que haveria uma componente inata, uma espécie de herança genética, porém sua importância seria secundária. A principal componente do capital humano seria desenvolvida principalmente pela atenção e educação dada a crianças e jovens. Uma das formas de fazer crescer o *capital humano* é desenvolver características pessoais valorizadas na atualidade como liderança, decisão e capacidade de planejamento e de trabalhar em parceria com outros sujeitos, o que está dentro das propostas da ONG para a produção de voluntários:

Incentivar os jovens a ocupar os espaços de participação já existentes na escola, nas comunidades, em movimentos socioculturais da cidade e a criar novos espaços, adequados à implementação de seus projetos de futuro ou à vivência de ações comprometidas com uma causa, de modo que percebam a importância de suas decisões para o exercício da cidadania (PARCEIROS VOLUNTÁRIOS, 2008, p.78).

Nesse sentido, entendemos que o incentivo dado aos jovens para que assumam posições de protagonismo seria um investimento no aumento do seu capital humano.

Dentre as estratégias que estão sendo utilizadas para inserir os jovens no debate sobre o seu futuro, de modo a se perceberem como atores sociais que podem influenciar ou até mesmo mudar o rumo desses debates, a ideia do protagonismo juvenil é a que tem recebido, por parte dos jovens, maior acolhida e entusiasmo (PARCEIROS VOLUNTÁRIOS, 2008, p.197).

Assegurar o aprendizado da autonomia, condição imprescindível do protagonismo, implica que jovens e educadores levem em conta o que ambos podem aprender, como sujeitos sociais, com as experiências de participação solidária (PARCEIROS VOLUNTÁRIOS, 2008, p.40).

Os excertos apontam para um movimento que, ao mesmo tempo, estimula o crescimento do capital humano do indivíduo e o liga com sua comunidade. Nesse sentido, percebo que a ONG busca orientar os jovens a assumirem a posição de sujeitos que se posicionam como ativos na solução de problemas, assumindo um papel que restringe a importância da ação do Estado na regulação social. Por meio da privatização da ação social, os direitos que deveriam ser garantidos a todos estariam se tornando ações de inclusão a serem assumidas por indivíduos ligados a entidades privadas.

A cultura é instrumento de inclusão social e pode colaborar para que as pessoas se reconheçam como parte de um lugar e se responsabilizem socialmente pela preservação das manifestações artístico-culturais, engajando-se em ações que ampliem o acesso aos diferentes bens culturais, às informações, aos meios de difusão da cultura (PARCEIROS VOLUNTÁRIOS, 2008, p.131).

De acordo com a ONG, o crescimento do capital humano dos indivíduos se daria tanto para aqueles que são preparados para atuarem no voluntariado organizado, quanto para os que são sujeitos das ações do voluntariado. O desenvolvimento do *capital humano* no âmbito do voluntariado promove a participação social, uma faceta do *empresário de si* que muitas vezes fica esquecida. A *participação social* torna-se necessária para justificar a redução da ação social do Estado. A organização da sociedade civil seria um meio de restringir a ação estatal na regulação social, um dos princípios do liberalismo.

Participação social

O voluntariado organizado tem por finalidade intensificar a participação dos sujeitos na solução dos problemas sociais. Para atrair os jovens, a Parceiro Voluntários considera importante construir novas formas de participação.

Novos lugares, objetivos e formas de participação cidadã dos jovens, a saber: grupos e redes de jovens dos projetos sociais (instituições governamentais e não-governamentais, serviços comunitários, trabalho voluntário, concursos, etc.); grupos de jovens que atuam para transformar o espaço local, nos bairros, favelas e periferias; grupos e redes que agregam jovens em torno de identidades específicas (indígenas, afro-descendentes, ambientalistas, jovens com deficiências, etc.); grupos que atuam nos espaços de cultura e lazer; grupos que se reúnem em torno de uma causa ou campanha (ações contra a violência e pela paz, campanha contra a fome, etc.); grupos de jovens religiosamente motivados (PARCEIROS VOLUNTÁRIOS, 2008, p. 49).

Para participar, os jovens se organizariam em grupos, mas também em redes, noção de destaque hoje. De acordo com Lazzarato (*apud* SARAIVA; VEIGA-NETO, 2009), na sociedade atual, a ideia de equipe, que seria um grupo fechado, hierarquizado e com papéis fixos, tende a ser substituída pela de rede, que se constitui em um grupo sem delimitações, fracamente hierarquizado e com papéis indefinidos e cambiantes. Nesse sentido, aprender a atuar em redes seria uma aprendizagem importante para viver na sociedade contemporânea.

Ainda de acordo com a ONG, seria papel de a escola estimular a formação e a participação dos indivíduos em redes:

Nada melhor que o investimento coletivo da escola na criação de espaços de encontro e reflexão que permitam aos jovens e adultos o estabelecimento de redes de ajuda mútua e de construção de diversos âmbitos que possam acolher as culturas juvenis nos tempos atuais (PARCEIROS VOLUNTÁRIOS, 2008, p.159).

As redes seriam formas de fomentar o chamado *capital social*. Para Marteleto e Silva (2004, p.44) o *capital social* pode ser definido “como as normas, valores, instituições e relacionamentos compartilhados que permitem a cooperação dentro ou entre os diferentes grupos sociais”. O *capital social* é formado pelas conexões que se estabelecem entre os

indivíduos por meio de fatores culturais, políticos e sociais. Para a ONG, o voluntariado pode surgir a partir de diferentes

[...] formas organizativas - incluem a família, a vizinhança, os amigos, o grupo de oração, os companheiros de futebol, o pessoal do pagode, as comadres da esquina, os meninos da pelada, a galera do funk etc. Esse indicador é fundamental para o moderno conceito de "capital social" (PARCEIROS VOLUNTARIOS, 2008, p.127).

As redes de relacionamento já existentes constituem um capital social que beneficia a organização do voluntariado. De acordo com a ONG, o capital social promove o *bem-estar da comunidade*, pois facilita a cooperação entre seus membros. Assim, ainda segundo a ONG, é importante promover oportunidades para consolidar o capital social.

Estudos demonstram que quanto mais espaços ou oportunidades de convivência social forem oferecidos aos habitantes de uma comunidade, mais formas e possibilidades de participação estarão sendo geradas, ampliando os espaços e os momentos de protagonismo social e o acúmulo de capital social (PARCEIROS VOLUNTARIOS, 2004, p.127).

A Parceiros Voluntários estabelece muitas parcerias com as comunidades, sendo que um dos locais em que ela opera é a escola. Para estimular o vínculo entre os membros das comunidades, a Parceiros Voluntários utiliza diversas estratégias, sendo que uma das mais valorizadas estaria relacionada com manifestações artístico-culturais.

A cultura é instrumento de inclusão social e pode colaborar para que as pessoas se reconheçam como parte de um lugar e se responsabilizem socialmente pelas preservação das manifestações artístico-culturais, engajando-se em ações que ampliem o acesso aos diferentes bens culturais, às informações, aos meios de difusão da cultura (PARCEIROS VOLUNTARIOS, 2008, p.131).

A palavra *cultura* é hoje um termo de intensa polissemia. Segundo Yúdice (*apud* COSTA; MOMO, 2009, p.523), na noção de cultura “o que está em jogo é a colocação de fronteiras, [... sendo que] cultura, além de ser transcendência, enaltecimento e identidade compartilhada, é também delimitação, que apoia hierarquias e relações de poder”. Ainda de acordo com Yúdice, os emergentes fluxos globais estariam configurando um período de novos significados para a palavra cultura: hoje haveria uma nova forma de operar com a cultura, identificada mediante o emprego da expressão ‘a cultura como recurso’. A cultura tornou-se um bem imaterial das comunidades. Por meio da cultura seria possível transformar pessoas e comunidades. Para a Parceiros Voluntários, os jovens seriam os principais agentes dessa transformação.

Interessa incentivar a ação social da juventude através de seus próprios interesses ligados à produção de cultura, tornando os jovens agentes de transformação e conscientização dos valores de suas comunidades, referências positivas para os demais jovens e, por isso, propositores de

projetos de futuro pessoal mais comprometidos com seu contexto próximo (PARCEIROS VOLUNTÁRIOS, 2008, p.122).

Dentro daquilo que vem sendo tratado até aqui nesta seção, é possível perceber o destaque do termo comunidade: é ali onde o capital social cresce, é ali onde se fomentaria a cultura, é ali que acontecem as transformações. A comunidade é hoje um importante segmento para governar os sujeitos. Rose (1996, p.331) coloca que o ‘social’ estaria dando lugar à ‘comunidade’, que seria o “novo território de administração, da existência individual e coletiva, um novo plano ou superfície sobre o/a qual sejam conceituadas e administradas às relações micromorais entre as pessoas”. Para Bauman (2003), a *comunidade* seria entendida como um *círculo aconchegante*, um lugar onde as pessoas parecem ter *naturalmente* um “entendimento compartilhado” (p.16). Na comunidade, as “lealdades humanas [...] não derivam de uma lógica social externa ou de qualquer análise econômica de custo benefício” (BAUMAN, 2003, p.16) e é por isso que este lugar parece tão aconchegante.

A ONG Parceiros Voluntários mostra indícios de compartilhar com a ideia de *comunidade* de Bauman e também com as afirmativas de Rose. A comunidade é frequentemente evocada no *Livro de ouro* como o lugar de prática do voluntariado, de solidariedade e de conquista de melhores condições de vida, por meio do envolvimento de todos na solução dos problemas. Por isso, o *Livro de ouro* conclama os educadores a

envolver os jovens na identificação de potencialidades, problemas e questões de seu interesse que afetam a vida da comunidade. Planejar o enfrentamento de situações-problema identificadas pelos jovens (PARCEIROS VOLUNTÁRIOS, 2008, p.210).

As atividades educacionais, entendidas de modo amplo e não restritas à escola, constituem-se como uma forma de vincular os sujeitos à comunidade. Por meio da educação dos membros da comunidade, cresceria o *capital social* da coletividade e o *capital humano* dos indivíduos. Essa ideia parece ser compartilhada pela Parceiros Voluntários, quando lemos no *Livro de ouro*, o incentivo a atividades educacionais voltadas para a comunidade.

A educação não-formal é, em geral, aquele processo que se destina à comunidade como um todo. Contemplando desde aquela parte da população cuja faixa etária obrigaria estar no processo formal de educação, até a outra parte que não está envolvida. Em geral, são atividades educacionais que estão voltadas mais para tecnologias, como por exemplo: a digitação eletrônica, pintura em cerâmica, aula de violão, hortas em pequenos espaços, entre outros. É evidente, que há também espaço para atividades que envolvam capacidades de reflexão, de elevação espiritual etc. (PARCEIROS VOLUNTÁRIOS, 2008, p. 82).

Rose (1996) afirma que uma possível estratégia de governo se desenvolve por meio da fidelidade que depositamos em nossas comunidades. As ações que buscam fomentar esta fidelidade dos moradores de certos locais a *grupos comunitários* que alegam falar em

nome da comunidade são vistas como formas de empoderamento dos habitantes do local e são realizadas “com o propósito de desenvolver programas que busquem regenerar o tecido econômico-humano de uma área, reativando nas comunidades” (ROSE, 1996, p.337). Corroborando essa noção de vínculo à comunidade como uma estratégia para governar os sujeitos, interferindo em suas condutas, o *Livro de ouro* (PARCEIROS VOLUNTARIOS, 2008) aponta a importância de envolver jovens “na identificação de problemas e questões de seu interesse que afetam a vida na comunidade” (p.210), em prol a um futuro melhor.

Mobilizar uma comunidade significa envolvê-la em ações coletivas que respondam aos interesses e demandas das pessoas do lugar. Para que se mobilizem e queiram participar de projetos que visem a transformação social, é preciso conquistar a sua confiança (PARCEIROS VOLUNTÁRIOS, 2008, p.217).

Desse modo, de acordo com o que traz o *Livro de ouro*, a participação dos sujeitos nas redes sociais traz o crescimento do chamado capital social, proporcionando uma melhora nas condições de vidas das comunidades. A participação nas redes sociais e a vinculação com a comunidade são favorecidas pelas possibilidades de convivência em diversos espaços, o que faz convergir interesses, criar lealdades e produz o voluntariado organizado. Além dos espaços físicos e dos encontros face a face, a participação social pode ser produzida pelo uso de tecnologias digitais.

Segundo o *Livro de ouro* (PARCEIROS VOLUNTARIOS, 2008), a utilização dos instrumentos tecnológicos hoje disponíveis e já incorporados na vida dos jovens seria uma importante estratégia para a produção de voluntários na Contemporaneidade. As capacitações que a ONG Parceiros Voluntários oferece aliam-se às novas tecnologias e às mídias não apenas para informar, mas para conectar os indivíduos e para possibilitar outras formas de participação nas redes sociais.

A internet tem se constituído, assim, em espaço importante para a organização de ações solidárias. O conhecimento destas novas formas de mobilização e participação dos jovens tem potencial de inserção juvenil na vida ativa e coletiva das comunidades e do planeta, posicionando-os de maneira afirmativa, como atores sociais que têm o que dizer, [...] (PARCEIROS VOLUNTARIOS, 2008, p. 175).

Os recursos digitais produzem novos encontros e potencializam a produção de capital social. Sua utilização deve ser estimulada, pois será um novo recurso, ao qual os jovens são especialmente sensíveis, para a produção do voluntariado organizado.

Finalizando

Ao longo deste artigo, mostramos que a produção de jovens dispostos a atuarem no voluntariado organizado pela ONG Parceiros Voluntários está orientada para produzir sujeitos

empresários de si, funcionando como gestores da microempresa que é sua vida. Ou seja, a produção de sujeitos dispostos ao voluntariado beneficiaria o próprio sujeito, fazendo crescer seu *capital humano*, desenvolvendo competências valorizadas no mercado de trabalho atual e capacitando-o para atuar como protagonista dentro da sociedade. Por outro lado, de acordo com a ONG, o voluntariado não favorece apenas os indivíduos que atuam como voluntários, mas também a própria comunidade, fazendo crescer o seu *capital social*. A produção do sujeito disposto ao voluntariado modificaria o indivíduo voluntário e também a comunidade, com vantagens para ambos.

Cabe ainda observar que incrementar a ação individual, mesmo que de forma organizada, sobre os problemas sociais coletivos significa enfraquecer o entendimento do que seria dever do Estado e direito dos cidadãos. Ou seja, entendemos que a ação do voluntariado estaria promovendo um enfraquecimento do social em prol de ações realizadas a partir de escolhas privadas (e, assim sendo, que decidem o que merece ou não ser alvo da solidariedade). O voluntariado efetivamente pode melhorar as condições de vida de comunidades e sujeitos, porém, parece-nos que do modo como a Parceiro Voluntários conduz seu trabalho haveria uma suspensão na participação política, atuando como que na contramão dos movimentos sociais e deslocando o foco de uma cidadania baseada na igualdade para soluções baseadas em decisões individuais.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- CESAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André. Governo dos Corpos e Escola Contemporânea: pedagogia do fitness. *Revista Educação & Realidade*, v.34, n.2 p.119-134, maio/ago. 2009.
- COSTA, Marisa Vorraber; MOMO, Mariângela. Sobre a conveniência da escola. *Revista Brasileira de Educação*, v.14, n.42, p.521-533, set./dez. 2009
- DREHER, Lilian; JOHANNPETER, Pereira Elena Maria. *O quinto poder: consciência de uma nação*. Porto Alegre: L&PM, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. 14ª edição. São Paulo: Graal, 1998. p.127-149
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 16 ed. - Trad. Raquel Ramalhete. Rio de Janeiro, Vozes, 1999.
- GADELHA, Sylvio. *Biopolítica, governamentalidade e educação*. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2009.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- MARTELETO, Regina Maria; OLIVEIRA E SILVA, Antonio Braz de. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. *Ciências da Informação*, Brasília, v. 33, n. 3, p.41-49, set./dez. 2004

OKSALA, Johanna. *Como ler Foucault*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

PARCEIROS VOLUNTÁRIOS. Disponível em: <<http://www.parceirosvoluntarios.org.br>>. Acesso em 11 mar. 2013.

PARCEIROS VOLUNTÁRIOS. *Participação social, jovens: guia de ações*. Porto Alegre: Comunicação Impressa, 2008.

REVEL, Judith. *Foucault – conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.

ROSE, Nicolas. The death of the social? Re-figuring the territory of government. *Economy and society*, Londres, v.25, n.3, p.327-356, august, 1996.

SARAIVA Karla; VEIGA-NETO, Alfredo. Modernidade líquida, capitalismo cognitivo e Educação contemporânea. *Revista Educação & Realidade*, v. 32, n.2, p. 187-201, mai.-ago., 2009.

SARAIVA, Karla. Educação a distância como arte de governar. In: SARAIVA, Karla; SANTOS, Iolanda. *Educação contemporânea e artes de governar*. Canoas, RS: ULBRA, 2010.

SARAIVA, Karla. *Educação a distância: outros tempos, outros espaços*. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2010a.

TOMAÉL, Maria Inês; ALCARÁ, Adriana R.; DI CHIARA, Ivone G. Das redes sociais à inovação. *Ciências da Informação*, Brasília, v. 34, n. 2, p. 93-104, maio/ago. 2005.

VEIGA-NETO, Alfredo. Biopoder e dispositivos de normalização: implicações educacionais. In: NEUTZLING, Inácio; RUIZ, Castor Bartolomé. (Org.). *O (des)governo biopolítico da vida humana*. São Leopoldo: Instituto Humanitas UNISINOS, 2011. p.15-35